

Maternidade à prova: memórias e desconstrução em AZmina

Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira¹

Resumo

A análise de jornais e revistas possibilita a observação de traços de valores, percepções e ideias em determinada época sobre diferentes assuntos, ficando claro, dessa forma, a relação entre mídia e construção de memória. A imprensa serve como base de pesquisa de variados assuntos, devido às suas articulações sociais, econômicas e culturais, que estão implícitas em sua estrutura. Com as constantes mudanças no cenário social são historicamente refletidas pela mídia, através da análise de produtos da imprensa segmentada – no caso aqui apresentado, as revistas – é possível explorar e perceber o cenário socioeconômico em que homens e mulheres estão inseridas. O artigo analisa dois textos da coluna “Mãezinha Vírgula” da Revista AZmina que desmitificam a maternidade contemporânea, para isso foram mobilizados conceitos ligados à memória, gênero, mídia e discurso.

PALAVRAS- CHAVE: memória; maternidade; mídia

Abstract

The analysis of newspapers and magazines makes it possible to observe traces of values, perceptions and ideas at a given time on different subjects, thus clarifying the relationship between media and memory construction. The press serves as the basis for research on various subjects, due to their social, economic and cultural articulations, which are implicit in its structure. With the constant changes in the social scenario are historically reflected by the media, through the analysis of products from the segmented press - in this case, the magazines - it is possible to explore and understand the socioeconomic scenario in which men and women are inserted. The article analyzes two texts from AZmina Magazine's “Mãezinha Vírgula” column that demystify contemporary motherhood. For this purpose, concepts related to memory, gender, media and discourse were mobilized.

KEYWORDS: memory; maternity; media

¹ Pós-doutora em Ciência da Literatura e Doutora em Letras. Professora Associada da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). nincia@unicentro.br . <http://lattes.cnpq.br/1934531868783088>

Gestando...

O conhecimento do discurso jornalístico estabelece configurações nodais desse discurso e as relações de significado ali presentes. A ideia é a de que o discurso, mais do que representar os interesses da revista ou a expectativa de um público leitor, tem um funcionamento que lhe é próprio, possibilitando a emergência de significações que escapam para outros lugares discursivos, para outras cenas, que não percebida na linearidade do texto especificamente o discurso jornalístico, colocando em movimento relações sociais. O texto produzido na imprensa a não se restringe à forma escrita, como poderia parecer à primeira vista, mas compreende outros elementos além dos enunciados propriamente ditos, Foucault (2003) afirma que se devem observar aspectos que não estariam necessariamente nas linhas ou nos significantes dos termos utilizados nas fontes estudadas. 'Tais ferramentas' ajudam a entender, numa perspectiva mais ampliada, a função desempenhada pelos discursos, a descobrir quem tem poder de falar, quais os temas são considerados "verdadeiros", o que pode ser dito e o que deve ser silenciado.

Podemos entender as mídias como lugares de memória: formadores e armazenadores da memória social. Nora (1993) define o conceito de "lugares de memória" que, para ele, vão desde o objeto material e concreto, ao mais abstrato e simbólico. Dessa forma, os lugares de memória são locais, que podem ser materiais ou imateriais, em que a memória de uma sociedade se cristaliza e podem exercer papel fundamental na formação da identidade de um povo:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais [...]. Se vivêssemos

verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. (NORA, 1993, p.13)

Para Barbosa (2007), o jornalismo é uma espécie de memória escrita de determinada época, porque retém principalmente aquilo que considera importante. Entretanto, isso não quer dizer que os discursos registrados nas páginas de jornais e revistas são a descrição da realidade. De acordo com Ribeiro (2005), houve uma reapropriação do jornalismo como fonte histórica. Isso ocorreu por conta da mudança da concepção que define que o mais importante não é o fato em si, mas sim a maneira como os sujeitos tomam consciência dele e assumem uma posição antes de o relatarem. Dessa forma, mesmo que sejam produzidas diferentes construções acerca do fato, há um fundo de referência neles, o que faz com que a mídia ainda tenha grande aceitação no que diz respeito à leitura de uma época.

A mídia é elevada, assim, ao estatuto de porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação do social, o que lhe confere, enquanto registro da realidade, uma certa 'aura'. O jornalismo não só retrata a realidade e as suas transformações, mas também as registra e as deixa como legado às sociedades futuras. A mídia é a testemunha ocular da história. (RIBEIRO, 2005, p.115). Ribeiro (2005) reforça a ideia do jornalismo como uma "arena de discursos", onde uma pluralidade de vozes se manifestam, mostrando ou refletindo padrões de comportamento social. Essa "arena de discursos", inserida nas revistas que serão analisadas, como fonte de pesquisa possibilita aos contemporâneos encontrar, através da interpretação dos relatos jornalísticos, um sentido do mundo que os cercava naquele período que ganhavam destaque na imprensa e, mais especificamente, as percepções

que se constroem sobre o homem e a mulher, sobretudo no Paraná.

A análise de jornais e revistas possibilita a observação de traços de valores, percepções e ideias em determinada época sobre diferentes assuntos, ficando claro, dessa forma, a relação entre mídia e construção de memória. A imprensa serve como base de pesquisa de variados assuntos, devido às suas articulações sociais, econômicas e culturais, que estão implícitas em sua estrutura (BUIIONI, 1990). Com as constantes mudanças no cenário social são historicamente refletidas pela mídia, através da análise de produtos da imprensa segmentada – no caso aqui apresentado, as revistas – é possível explorar e perceber o cenário socioeconômico em que homens e mulheres estão inseridas.

Numa cultura contemporânea dominada pela mídia, os meios dominantes de informação e entretenimento são uma fonte profunda e muitas vezes não percebida de pedagogia cultural: contribuem para nos ensinar como nos comportar e o que pensar e sentir, em que acreditar, o que temer e desejar – e o que não. (KELLNER, 2001, p. 10)

Nosso interesse em melhor compreender o funcionamento da linguagem jornalística advém do fato de que, ao enunciar o feminino no bojo de uma sociedade marcada pelos valores da cultura patriarcal, produzem-se efeitos de sentidos que, de um lado, possibilitam-nos compreender a construção de alguns discursos fundadores e dos discursos (re)produzidos na atualidade; de outro, oferece importantes elementos linguísticos e discursivos que nos permitem analisar os vestígios que atravessam e constituem os movimentos identitários da mulher no percurso de sua história no Brasil.

A língua, entendida pelo viés discursivo, não é transparente; tampouco pode ser pensada isoladamente. A ideia de que há, de um lado, uma

“evidência”, uma “verdade” e uma “realidade” na produção de sentidos e, de outro, um sujeito fundante, origem daquilo que diz, é uma ilusão, pois a produção de sentidos ocorre em função da articulação entre a língua e o discurso, e dessa relação participam, de forma constitutiva, os elementos sócio-históricos, a exterioridade. Isso torna impossível pensar que os sentidos possam ser literais, ou mesmo que possam ser qualquer um, já que a materialidade só produz sentido(s) porque está enraizada na história e resulta de práticas sociais. São, portanto, as condições de produção que regem a interpretação de qualquer discurso.

O sujeito, na esteira do pensamento pecheutiano, é interpelado em sujeito pela ideologia, pelo simbólico na história. Orlandi (1993) explica que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina. (...) essa identificação, fundadora da unidade imaginária do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reescritos no discurso do próprio sujeito.

Ao considerar o discurso como o lugar de contato entre a língua e a ideologia, uma vez que a materialidade ideológica se concretiza no discurso, Pêcheux (1997) postula que os efeitos de sentido de um discurso dependem da formação ideológica a partir da qual o discurso é produzido. Isso porque o sentido de determinadas palavras depende dessas posições ideológicas, dos lugares sociais dos sujeitos que as empregam.

Os meios de comunicação são frequentemente apontados como vetores que vieram a oferecer, no mundo moderno, os estímulos e suportes mais poderosos para os rearranjos da identidade e da memória, e que irão proporcionar as transformações mais dramáticas nas relações espaço-temporais. A imprensa em seus discursos, suas formas, organizações e seleções do que deve ser dito e sob

quais enunciados, é estruturada em dispositivos pedagógicos, a fim de conduzir condutas e a produção de si das mulheres, leitores em potencial.

Nas sociedades modernas ocidentais, frequentemente, compreendemos os acontecimentos do passado e mesmo do presente a partir de formas simbólicas mediadas, ou seja, por intermédio de livros, filmes e pela televisão. Diferentemente do que ocorre na interação face a face, o intercâmbio simbólico por intermédio da mídia permite um distanciamento espaço-temporal, um distanciamento da forma simbólica do seu contexto de produção e seu deslocamento para um novo contexto, com novas configurações espaciais e temporais. Soma-se a isso o fato de que a apropriação das formas simbólicas não se dá apenas no contexto inicial da atividade de recepção. É possível que se estenda muito além, pois as apropriações são elaboradas discursivamente e compartilhadas por indivíduos que não participaram do processo inicial.

As mensagens mediadas são, portanto, transformadas em um processo contínuo de repetição, reinterpretação, comentário e crítica, fornecendo, nesse processo de elaboração discursiva, estruturas narrativas a partir das quais os sujeitos posicionam-se diante do mundo em que vivem. Tal constatação revela-se extremamente significativa quando se pensa na memória social e no papel dos meios de comunicação em sua construção.

Os meios de comunicação produzem “uma ideia de história” e, neste processo, legitimam-se como lugar social. Não se pode, todavia, perder de vista que, ao registrar os fatos do cotidiano, os meios de comunicação engajam-se em operações discursivas de seleção e de atribuição de sentidos, orientadas por uma economia discursiva e por mecanismos ideológicos que lhes são próprios. Assim, as (re) interpretações podem provocar efeitos de sentido distintos: do

esquecimento, ou do retorno de algum sentido antes silenciado, e inclusive a irrupção de um novo sentido, que poderá até vir a desestabilizar as configurações de poder. Configura-se, portanto, um campo de disputas de sentidos. Se, por um lado, a memória pode ser vista como uma conquista, é preciso que a reconheçamos também como objeto e instrumento de poder.

É a partir da perspectiva acima esboçada que as práticas discursivas da imprensa do século XX são tomadas como espaço de enunciação em que se constroem (e deixam vestígios) processos de subjetivação do homem e da mulher. Do ponto de vista da identidade e da memória social, o que se pretende, a partir da análise de um corpus heterogêneo, construído a partir de discursos publicados em diferentes periódicos, em momentos distintos da história, é perceber, em meio aos rituais enunciativos da imprensa, sinais de possíveis rupturas com o status quo e vestígios das transformações dos sujeitos e das práticas discursivas que os constituíram.

No discurso engendrado pela imprensa, pois, observa-se uma rede de elementos que se constituem em dispositivos históricos e pedagógicos especialmente no que tange a um ideal de masculinidades e feminilidades. Os textos indicam discursos, enunciados científicos articulados com enunciados moralizadores selecionando alguns conteúdos e silenciando outros. O texto, tanto escrito como em forma de ilustrações, produzido pela imprensa estudada, é composto de enunciados que se constituem como discursos acerca do que se pretende transmitir. Tais enunciados propõem o que era considerado ideal para vivência da masculinidade/feminilidade e da sexualidade no referido período histórico. Os discursos, portanto, são produtos das relações de poder de uma dada realidade social.

Os meios de comunicação atuam como veículos de representação social. Segundo João

Carlos Cattelan, uma representação social é um conhecimento social, constituído por uma forma de ler o mundo. É a forma com que um objeto é visto por sujeitos sócio- históricos, é a concepção de sujeitos que se posicionam frente a outros, que representam e são representados de maneira diferente.

A representação acontece levando em consideração diversos fatores, entre eles o local do qual o enunciador fala, sua posição social e a finalidade de seu discurso. Ator social ele produz um discurso que representa o ambiente em que está inserido e as normas sociais a que está submetido, da sua posição e da ideologia do lugar que ocupa (JODELET in CATTELAN, 2003, p. 82).

De acordo com Tania Navarro Swain, professora do Departamento de História da Universidade de Brasília, as representações sociais estão presentes nas conversas que fundamentam o senso comum, na literatura, no discurso científico, em tudo aquilo que é impresso ou falado. Assim, a televisão, as novelas, os romances, as revistas em quadrinhos, as revistas em geral, os jornais, a internet, etc., em seu espaço de recepção e interação, veiculam representações sobre as mulheres, os homens, a sociedade. Imagens e textos compõem um mosaico que integra a maneira de se perceber o mundo e o desenho de sua positividade (SWAIN, 2001).

Uma representação social é, então, uma visão do mundo. Levando em consideração que os meios de comunicação trabalham com representações, a realidade presente neles é apenas uma versão do real, feita a partir de um ponto de vista dentro da sociedade. Por isso, não podemos considerar, por exemplo, que a mulher representada em revistas corresponda exatamente ao perfil de suas leitoras.

Quando falamos na relação entre os leitores e os meios de comunicação, podemos considerar que existe um intercâmbio de funções entre esses dois polos. Ao mesmo tempo em que esses

veículos buscam agir como espelhos da realidade, afirmando escrever e manter uma linha editorial voltada para aquilo que seu público quer saber, eles, também, agem como pautas dos comportamentos sociais, mudando conceitos e influenciando os hábitos desse público.

Dessa forma, as revistas propõem “quais” são as necessidades, os projetos, os desejos, “o que” é preciso almejar em nome de uma suposta “felicidade”. Cabe ressaltar que essa oferta de sentido está condicionada, por força de leis de mercado ao seu reconhecimento e aceitação no campo social, ou seja, à sua ressonância no imaginário da sociedade. Essa relação se dá mais profundamente nas revistas femininas, principalmente se considerarmos o contexto dessas publicações.

Segundo Melo (2006), a mídia trabalha para um público destinatário e não para o público interpretante, ou seja, “o discurso se construiria a partir de um jogo de influencia entre a imagem que as mídias criam do público-alvo e o público real” (MELO, 2006), já que é muito difícil para a mídia conhecer quem são realmente seus leitores. Nesse caso, existe uma troca entre aquilo que a mídia passa e como isso reflete nos destinatários de seu discurso. O sujeito é ao mesmo tempo ativo e passivo, pois, de acordo com Melo (2006) se apropria do discurso midiático e produz seu próprio discurso, que é de sua responsabilidade.

As culturas criaram padrões que são associados aos corpos, onde se entrelaçam conceitos, como sexo, sexualidade e gênero. O gênero deve ser considerado como uma construção de relações sociais nas quais atuam indivíduos e grupos, em que ser homem ou ser mulher não é um estado pré-determinado, mas antes uma condição que se vai construindo (CONNEL, 2002). Quando pretendemos analisar o que é ser masculino ou feminino, o corpo emerge como protagonista (LOURO, 2003), sendo o lugar de soberania do

sujeito, Atualmente, o conceito de gênero ganhou novos contornos, sendo utilizado não só para distinguir as categorias “homem” e “mulher”, mas também para analisar a dinâmica das relações sociais entre essas categorias que, na verdade, é responsável pela construção social dos gêneros.

Embora não tão evidente quanto no passado, a dominação masculina se mantém, para o que contribuem as instituições contemporâneas, ao utilizarem mecanismos que possibilitam ocultar tal perpetuação por meio de mudanças visíveis. De uma forma ou de outra, as desigualdades de gênero estão presentes na maioria das sociedades, influenciando sobremaneira a valorização de um deles, dependendo das instituições sociais em que ocorrem essas relações, sejam na família, nas instituições privadas ou até na esfera do Estado. Assim como gênero é um conceito socialmente criado, as responsabilidades atribuídas a homens e mulheres também o são. Nesse sentido, a “divisão do trabalho” entre os sexos levou homens e mulheres a assumirem posições desiguais em termos de poder, de prestígio e de riqueza, seja no âmbito do trabalho, da economia, da política ou da família.

O gênero, também, é construção cultural sobre a diferença sexual, tendo o desejo como fator de descentramento. Tanto homens quanto mulheres não nascem como tais, mas tornam-se, ao longo e de acordo com as vicissitudes de seu desenvolvimento, com interferências que vão desde o desejo dos pais, passando pelos múltiplos processos identificatórios, históricos, pelos percalços edípicos e envolvidos pelo caldo cultural da sociedade em que vivem.

Os conceitos sobre gênero são constituídos a partir das relações de dominação e constituição do sujeito. Ao perpassar algumas teorias alguns estudos refletem sobre a relação com a sexualidade e a dicotomia feminino/masculino. Judith Butler (2003) compreende não apenas o gênero

como construído culturalmente, mas também o sexo, numa crítica à relação sexo/gênero fundamentada no feminismo. Robert Stoller (1993) se refere à identidade de gênero como a mescla de masculinidade e feminilidade em um indivíduo, cuja discussão está pautada no argumento que tanto a masculinidade como a feminilidade são encontradas em todas as pessoas, mas em formas e graus diferentes.

Então, o sujeito, segundo Stoller (1993) independentemente de ser homem ou mulher, pode apresentar um alto grau de feminilidade ou masculinidade e vários fatores corroboram para esta construção, perpassando os papéis que a sociedade atribui ao masculino e feminino, mas também à família, aos meios de comunicação, entre outros. Observando este contexto, as mídias impressas, especificamente as revistas propõem masculinidade/ feminilidade observadas por suas linguagens verbais e visuais através de suas capas, matérias, edição, entre outros.

Masculinidade ou Feminilidade nasce com o corpo de cada indivíduo e caberá a ele harmonizar-se com ela, elegê-la, construí-la e construir-se em torno dela, dia após dia, em seu desenvolvimento ontogenético, buscando o que predomina em presença de seu oposto, porque ambos, se considerados isoladamente, parecem ser inapreensíveis.

As representações sociais ganham peso na análise da cultura, como modo de produzir significados e são, assim, formas significativas que se reproduzem nas relações de poder. Segundo Almeida (1996, p. 120) “é através dessas relações de poder que se estabelecem, também, no meio midiático, que o corpo feminino e masculino são significados e representados de um modo e não de outro ou, ainda, representado de múltiplas formas”. As imagens da feminilidade e masculinidade ganharam corpo nas mídias impressas, especialmente em revistas. A mídia é um

dos grandes disseminadores dos papéis femininos e masculinos, ela aparece como um modo de produzir significados e são, assim, formas significativas que se reproduzem nas relações de poder.

Parindo: as memórias de mãe na *Revista Azmina*

Mãezinha uma ova! Nós aqui somos mãezonas!
E adoramos falar de uma maternidade mais livre de amarras! (Revista Azmina)

Durante muitos anos, a maternidade circulava nos limites do domínio privado. Os discursos religiosos, médicos e midiáticos contribuíram para uma determinação do instinto materno que atestaram “que as mulheres têm um instinto maternizante, ou instinto materno e que, portanto, é ‘natural’ que maternem, ou mesmo que elas devam por isso maternar” (CHODOROW, 1990, p.40). Segundo Cordeiro,

A mãe, a partir da gestação, passou a se ver e ser vista como um ser duplo, a mulher e a mãe. Esse total desprendimento foi muito difundido e acabou sendo revestido por uma aura de sacralidade que perpetuou o mito do amor materno, isto é, que a partir do nascimento da criança, a mãe se devota totalmente a ela e se negará para sempre como sujeito. Isso mostrou ao longo da formação da sociedade, sobretudo a capitalista, que ser mãe seria instintivo, inerente a todo ser feminino e que só estaria completo se, culturalmente imposto a ele, o ciclo se fechasse: crescer, casar, ser mãe e morrer. (2013, p. 3)

Se antes a imagem da mãe era atrelada a ideia da bênção divina e, desse modo, deveria ser aceita com resignação e gratidão, atualmente podemos nos deparar com uma galeria de personagens (mãe adotiva, a mãe lésbica, o homossexual que materna, a mãe de aluguel..) que trazem à tona a complexidade tanto social quanto psicológica que envolve a maternidade, dessacralizando, em parte, esse mito enraizado não só na cultura de nosso país como de outros.

É possível constatar através de Ariès (1986) que os conceitos de família, infância e de maternidade, encontram-se articulados na história, afetando-se mutuamente e variando conforme os diversos contextos culturais, sociais, econômicos e políticos de cada época. Depreende-se, portanto, que o surgimento da infância como preocupação social é concomitante à reorganização da família moderna, no momento em que esta passa a ser constituída a partir da centralidade da criança, que deve receber atenção e cuidados constantes dos pais. Para o autor, o foco ideológico desloca-se, progressivamente, da autoridade paterna ao amor materno. Isso posto, a nova ordem econômica que passa a vigorar com a ascensão da burguesia como classe social, impunha como imperativo a sobrevivência da criança, vista como futura mão de obra produtiva para o Estado. De acordo com Poster (1979) a família burguesa que surge como estrutura familiar dominante na sociedade capitalista vigora, em sua essência, até a contemporaneidade. Diante do exposto até o momento, é possível pensar que as elaborações sociais e culturais sobre o significado da maternidade estão historicamente associadas à emergência do sentimento de infância e as reconfigurações familiares. Percebe-se que o Amor Materno passa a ser visto como essencial a partir de um movimento carregado da dimensão econômica, que transforma ao mesmo as regras sociais e as relações entre os indivíduos.

Mary Del Priore, (2009), registra situações vividas por mulheres comuns para contar a história da maternidade, possibilitando encontrar raízes para esclarecer muitos problemas que cercam a mãe atualmente. Ao relatar certos abusos contra as mulheres, Del Priore demonstra que práticas culturais e representações simbólicas relacionadas à maternidade são camufladas pelos poderes que não tinham outra pretensão a não ser “domesticar” a vida da mulher através do seu papel de mãe, no sentido de mantê-la dentro da domus (casa)

ou confinamento na casa. A historiadora afirma que “adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório, e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização” (2009, p.24).

Badinter (2011) propõe desmontar o histórico esquema de pensamento que forjou o ideal de que a mulher se realiza na maternidade. Para isso, esta questiona o que chama de “ideologia maternalista” e o desejo feminino de “ser mãe”, mostrando que, há muito, as mulheres estão submersas em um mito. Para a autora,

Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres, é adicional. (BADINTER, 1985, p. 367).

De acordo com Resende,

o Mito do Amor Materno foi inscrito na memória familiar dos indivíduos e transmitido entre as gerações como uma crença irrefutável a partir do fim do século XVIII. Desde esta época, percebe-se que o Mito do Amor Materno atuou como um elemento organizador das sociedades, de forma a possibilitar, através da crença no amor materno inato, o estabelecimento de regras de comportamento, que interessavam aos Estados, concernentes às mulheres mães. Como um lugar sagrado, interdito de conversação, a maternidade passou a ser vista como algo do instinto da mulher, que se realizaria plenamente ao ser mãe. (2017, p.176)

Com o advento do movimento feminista, a partir da metade do século XX, a maternidade passa a assumir uma dimensão reflexiva, segundo Badinter (2011), a ser analisada pensando nas condições econômicas, sociais e culturais das mulheres e do casal. Scavone (2001) aponta que desde 1949 com Simone Beauvoir na França, antecedente de Elisabeth Badinter (1985) neste mesmo país, contesta-se o determinismo biológico ou destino divino associado à maternidade ao afirmar que o ser era tornar-se, que o amor materno

era uma conquista advinda da relação entre mãe e filho e não algo da ordem somente do instinto.

A estudiosa Lucila Scavone (2001) observa que há duas linhas no movimento feminista no século XX: uma vertente comportada de mobilização das mulheres que exigiram o seu direito à cidadania, sem questionar os outros papéis subalternos assumidos por elas, como por exemplo, a maternidade; e na outra extremidade, observa uma vertente de mulheres mais incisivas que reivindicavam sua ampliação na vida pública, a defesa irrestrita do movimento dos trabalhadores, entre outros.

Na década de 1970, o movimento feminista conciliou a luta da liberdade e igualdade de gênero com a maternidade fora do cerne do destino feminino. De acordo com Badinter (2011), foi a partir deste movimento que as mulheres começaram a poder efetivamente dar prioridade às ambições pessoais ao invés de escolherem uma vida com filhos. Nesse sentido, Scavone (2001) aponta que a maternidade como escolha é um fenômeno contemporâneo, que historicamente foi se consolidando no decorrer do século XX, no qual as transformações econômicas, familiares, os avanços tecnológicos e os movimentos feministas constituíram-se como elementos importantes para esse processo e para a relação que então se estabeleceu com o ser mãe e o ser mulher.

No século XXI, há publicações, direcionadas à mulher, que não restringem a mãe ao bom desempenho doméstico e à assistência moral à família corroborando, assim, com as palavras de Badinter: “é como se a criança não fosse mais a prioridade das prioridades”. Esta autora aponta que em primeiro lugar as mulheres querem garantir a sua independência por meio de estudos, cada vez mais demorados, para depois ascenderem em um trabalho gratificante, e só então viria o lugar dos filhos.

AzMina é uma instituição sem fins lucrativos cujo objetivo é usar a informação para combater os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras. Realizam consultorias, palestras e debates para aprofundar a discussão sobre os direitos da mulher.

Já a Revista AzMina é uma publicação online e gratuita para mulheres de A a Z criada pela jornalista Nana Queiroz. A revista não tem redação fixa, e integra profissionais de diferentes localidades. A publicação engrossou o nicho de portais feministas criados no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000, como *Think Olga, Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras, Gênero e Número, Nós, mulheres da periferia e Capitolina*. Contudo, em comparação com os outros sites, a Revista AzMina é a que mais se aproxima de um fazer jornalístico: tem um expediente profissional com redatora, diretora de redação, editora e repórteres, e investe em gêneros comuns ao jornalismo, como a reportagem, a crônica e o ensaio fotográfico – os outros portais se dedicam especialmente ao texto pessoal característico dos blogs.

De acordo com Dulcília Schroeder Buitoni e Martha Lopes:

O que a diferencia de uma revista feminina tradicional é o caráter ativista feminista, que aparece nas pautas escolhidas, na forma como as coberturas são realizadas e na mulher ou mulheres que representa com seu conteúdo. Além disso, há acriação de campanhas e a divulgação de cartilhas em favor da ampliação dos direitos das mulheres e pelo combate às violências de gênero, marcando o jornalismo praticado pela “Revista AzMina” como um jornalismo ativista. (2018,p.23)

A revista é dividida em 25 editorias, cada seção contempla um “estilo” de reportagem e foco do assunto abordado, são elas: Fôlego, Afronerd, Minas que Honram o rolê, Molhadinha, Programa, Mãezinha vírgula, Mundo, Descomportadas, Butina, Divã D’AzMina, Mochilão D’AzMina, Beleza Pura, Só no Caimento, Esporte, Romance de Folhetim, Trocando Ideia, Hard Grrrls, Cofrinho,

Antropologia feminista, Tradição e Feminismo, Direitos D’AzMina, Mulher Trans, Puta Feminista!, Por um novo normal, AzMina faz, AzMina Speak English, AzMina Habla Español. Também há a editoria “especiais” que comporta as reportagens investigativas realizadas com financiamento coletivo. Essas investigações trazem casos de abusos e exploração sexual, geralmente de menores de idade, violação de crianças e mulheres indígenas, a violência doméstica, a violência na prostituição, precariedade de moradias, criminalização do aborto nas situações legais.

Nossa análise recai sobre a coluna intitulada “Mãezinha vírgula”, os onze textos veiculados tratam acerca da maternidade desmitificada, para a análise foram escolhidos “Saúde mental na maternidade: temos que falar sobre isso” (Equipe AZmina- Thais Cemino) e “Mulher deveria pedir autorização do marido pra fazer laqueadura” (Nana Queiroz).

No texto “Saúde mental na maternidade: temos que falar sobre isso”, veiculado dia 4 de novembro de 2015, Thais Cemino faz um relato sobre a criação do blog *Temos que falar sobre isso*:

A partir da minha experiência pessoal entendi a importância de haver uma rede de acolhimento para as mulheres, em que elas pudessem falar sobre as dores e desafios durante a gestação, parto e o pós-parto. Um espaço para serem ouvidas sem serem julgadas. Mães são criticadas sem piedade, e acabam se isolando em silêncio com suas dores. Foi então que, em 5 de maio deste ano, criei o blog *Temos que falar sobre isso* – (<https://azmina.com.br/reportagens/saude-mental-na-maternidade-temos-que-falar-sobre-isso/>)

A autora explica que o projeto começou com a proposta de ser uma plataforma de relatos anônimos – chamada de “Desabafos Anônimos” – de mães que passaram por dificuldades durante o período gravídico-puerperal. O texto aponta que o projeto aborda temas como a depressão pós-parto, sofrimentos e transtornos ligados à saúde mental na maternidade, problemas com a amamentação,

dificuldades na gravidez, perda gestacional e neonatal, partos traumáticos, violência obstétrica, gravidezes de alto risco e prematuridade extrema, entre outros. Depreende-se desse discurso que as mulheres assumem uma posição bastante reflexiva diante da maternidade “Queremos promover o empoderamento da mulher através de mudanças na difícil realidade com que se deparam durante a gravidez, parto e pós-parto. O processo da maternidade é um salto no desconhecido.” (CEMINO, 2015).

No artigo, registra-se que a maternidade apresenta momentos de ambivalência que podem ser muito confusos: “É uma montanha-russa, precisa de muita entrega, te faz perder o controle e inclui tantas coisas que ninguém fala pra gente.”. Reforça que não existem fórmulas mágicas, roteiros prontos ou verdades absolutas. É um caminho único ‘para cada mãe e seu filhotinho...’, sendo assim rompe a imagem de mãe idealizada, bem como a dos bebês, vistos de maneira agradável e deliciosa. De acordo com Badinter (1985, p. 202). O bebê e a criança transformaram-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher, a partir desse momento, aceitou sacrificar-se ao extremo para que seu filho vivesse melhor junto dela.

As ideias expostas por Thais vão na contramão do discurso higienista que pretendia converter as mulheres ao modelo da mãe amorosa, com o figurino da mãe higiênica. Para Moreira (2009, p.20), não foram somente os médicos higienistas que fortaleceram o discurso das características específicas do papel materno, mas houve pedagogos, psiquiatras, psicólogos e psicanalistas que “por meio de seus conhecimentos especializados e intervenções contribuíram para a construção de normativas destinadas a regular a vida familiar e individual”.

A mãe que escreve na Revista AZmina aponta para o tabu em torno dos transtornos psicológicos, sentimento de tristeza, impotência,

ambivalência, culpa, medo, solidão, ansiedade, depressão, desilusão, luto, entre outros, que também são parte da maternidade, porém não são permitidos às mães de sentir ou manifestar. Ao contrário, ainda cobra-se delas que estejam felizes e contentes, em tempo integral, que não se sintam frágeis ou admitam que enfrentam dificuldades, pois isso é taxado como fracasso, criando uma culpa sem fim que muitas vezes é reforçada pela mídia, pela família, pelas instituições e pela sociedade em geral.

O segundo texto “Parto humanizado no SUS: a regra que ainda é exceção” escrito por Paula Fróes promove uma reflexão sobre parto humanizado, Fróes assevera que apesar de o governo ter estabelecido o parto humanizado como regra na rede pública, as mulheres ainda vivem um sorteio em que as chances de tomar decisões sobre o próprio corpo dependem do bom humor do plantonista. Na tentativa de viver o nascimento de seus filhos sem intervenções desnecessárias, muitas mulheres tentam recorrer aos centros de parto normal. Nesses locais, a assistência é feita por enfermeiras obstetras, profissionais cuja formação é voltada para o atendimento humanizado às gestantes.

O texto remete-nos a um tema delicado e pouco debatido, até pouco tempo, a forma grosseira, humilhante, desrespeitosa, agressiva ou mesmo violenta, que ocorre durante o parto pelo simples fato de ser mulher. Quando a mulher se sente desrespeitada nas instituições de saúde durante o atendimento ao pré-natal, parto, aborto ou puerpério, dizemos que ela passou por uma situação de violência. Essa situação é chamada de violência obstétrica.

O termo violência obstétrica é relativamente novo, embora as mulheres sejam desrespeitadas quando procuram atendimento a sua saúde sexual e reprodutiva há muito tempo. Isso porque existe a tendência a tratar qualquer tipo de violência contra

a mulher como algo natural, que é assim mesmo. Então, se a mulher reclama do tratamento rude de um profissional de saúde, dizem que ela mereceu ou que ela provocou a situação. Ou, ainda, que o profissional estava estressado ou cansado e que a mulher deve relevar a violência sofrida.

O devir...

Percebemos, pois, que as ideias expostas na coluna “Mãezinha vírgula”, conforme Venâncio (2002, p.195) e Badinter (2011) percorrem a história das atitudes maternas, e demonstram que o instinto materno é um mito. As autoras de AZmina registram que nenhuma conduta universal e necessária para ser mãe, mas ao contrário, constata-se a extrema variabilidade dos sentimentos maternos, segundo a cultura, ambições ou frustrações da mulher.

Assim, a memória se configura como um campo de luta política, na medida em que funciona como um instrumento para reescrever o passado, a fim de transformar o que é marcado como digno de ser lembrado no presente. Os textos analisados neste artigo podem ser entendidos como tentativas de estabelecer e de compartilhar uma memória coletiva, em um contexto de efervescência feminista, que forneça um arcabouço sólido para a formação de uma comunidade feminina que luta por reconhecimento e igualdade na contemporaneidade. Para entender o papel da memória na luta das minorias por reconhecimento é fundamental problematizar sua relação com as políticas de identidade na civilização moderna e na contemporânea.

A relação entre memória, gênero e mídia revelou-se como um aspecto central dos textos analisados. Os textos veiculados na revista fazem um uso da memória como canais de empoderamento para as mulheres contemporâneas. O direito à memória se estabelece, assim, como

uma reivindicação primordial do feminismo em algumas de suas novas formas de militância.

Referências

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. *Masculino/Feminino: Tensão Insolúvel*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1985.

BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BARBOSA, Marialva. *Percursos do olhar*. Niterói: EdUFF, 2007.

BUTTONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

BUTTONI, Dulcília Schroeder, LOPES, Martha. “Revista AzMina” e Carnaval sem Assédio. Uma análise do jornalismo ativista no combate à violência contra a mulher. Vol 04, N. 02 - Abr. - Jun., 2018. Disponível em: < | <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>> em 24 de janeiro de 2019.

CATTELAN, J.C. Matrix!? In : R. BARONAS e M.R.GREGOLIN (Orgs.). *Análise do Discurso: as materialidades de sentido*, 2ª ed. São Paulo, Editora Claraluz, p. 83-94.

CONNELL, Robert W. *Políticas de masculinidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva.

Educação e Realidade – 20 (2): p. 185 – 206 jul/dez. 2002.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma*

- arqueologia das ciências humanas. 8ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KELLNER, Douglas. A Cultura da Mídia. São Paulo: Edusc, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org). O Corpo educado: pedagogias da sexualidade. Trad. dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva - Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.07- 34.
- MELO, José Marques de. A opinião do jornalismo brasileiro . 1985. Petrópolis, Vozes, 166 p.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. SCALZO, M. 2004. Jornalismo de revista. 2ª ed. São Paulo, Editora Contexto, p. 11-52.
- STOLLER, Robert. Masculinidade e Feminilidade: Apresentações de Gênero. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- SWAIN, T.N. 2001. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas. História Questões e Debates , 34. Disponível:
- ORLANDI, Eni. Discurso fundador. Campinas: Pontes, 1993.
- RESENDE, Deborah Kopke. Maternidade: Uma Construção Histórica e Social. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas v. 2, n. 4, jul./dez. 2017.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “A memória e o mundo contemporâneo” In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael. (Org). Entretenimento, Felicidade e Memória: forças moventes do contemporâneo. 1. ed. São Paulo: Anadarco, 2012.
- REVISTA AZMINA. “Parto humanizado no SUS: a regra que ainda é exceção”. S e t . 2015. Disponível em:< <https://azmina.com.br/reportagens/parto-humanizado-no-sus-a-regra-que-ainda-e-excecao/>
- Acesso em 22 de janeiro de 2019.
- REVISTA AZMINA.”Saúde mental na maternidade: temos que falar sobre isso”. Nov 2015. Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/saude-mental-na-maternidade-temos-que-falar-sobre-isso/> > Acesso em 22 de janeiro de 2019.
- SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. Cad. Pagu, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332001000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019..